

**PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA NO SISTEMA PRISIONAL COMO
ALTERNATIVA DIDÁTICA E DE QUALIDADE DE VIDA**

**PRACTICE OF PHYSICAL ACTIVITY IN THE PRISON SYSTEM AS A DIDACTIC
AND QUALITY OF LIFE ALTERNATIVE**

Recebido em: 30/10/2023

Aceito em: 18/12/2023

Ariany Lucindo¹ 

Centro Universitário Vale do Cricaré

Julio Kippert Motinho² 

Centro Universitário Vale do Cricaré

Vinicius da Silva Freitas³ 

Centro Universitário Vale do Cricaré

José Roberto Gonçalves de Abreu⁴ 

Centro Universitário Vale do Cricaré

Resumo: O presente estudo tem como objetivo investigar o que os detentos de um sistema penitenciário pensam sobre a prática da atividade física, especificamente da prática esportiva, buscando avaliar os impactos da prática de Educação Física na visão dos detentos. A pesquisa em questão investigou o impacto da Educação Física, especificamente a prática esportiva, no processo de ressocialização de detentos em um Centro de Detenção Provisória (CDP) masculino no Estado do Espírito Santo. Assim, a falta de eficácia do sistema prisional em atender aos objetivos legais é apontada como um desafio, ressaltando a necessidade de alternativas, com a Educação Física emergindo como uma possível solução. A pesquisa foi conduzida ao longo de três meses, equivalente a um semestre letivo, com 37 participantes. A análise buscou compreender as percepções dos detentos sobre a prática da atividade física, especialmente no ambiente prisional. Assim, os resultados revelam uma visão positiva da prática esportiva pelos detentos, destacando benefícios físicos, emocionais e sociais. A relação entre a atividade física e a redução da violência e conflitos dentro da prisão é evidenciada. As sugestões dos detentos para aprimorar a prática esportiva incluem a diversificação de atividades, melhorias na infraestrutura e acesso a equipamentos adequados. O estudo contribuiu significativamente para a compreensão do papel transformador da Educação Física no ambiente prisional e destaca a importância de abordagens humanizadas e adaptadas às necessidades dos detentos.

Palavras-chave: Educação Física; Ensino de Educação Física; Educação em Prisões; Ressocialização; Prática Esportiva.

Abstract: The present study aims to investigate what inmates of a penitentiary system think about the practice of physical activity, specifically sports, seeking to evaluate the impacts of the practice of Physical Education from the inmates' point of view. The research in question investigated the impact of Education Physics, specifically

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré. E-mail: lucindoariany73@gmail.com

² Aluno do Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré. E-mail: juliokippert@gmail.com

³ Aluno do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá. Professor pesquisador no Centro Universitário Vale do Cricaré. E-mail: viniciuscarvalho34@hotmail.com

⁴ Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré. Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: abrefisio@gmail.com

sports practice, in the process of resocialization of inmates in a male Provisional Detention Center (CDP) in the State of Espírito Santo. Thus, the lack of effectiveness of the prison system in meeting legal objectives is highlighted as a challenge, highlighting the need for alternatives, with Physical Education emerging as a possible solution. The research was conducted over three months, equivalent to one academic semester, with 37 participants. The analysis sought to understand inmates' perceptions about the practice of physical activity, especially in the prison environment. Thus, the results reveal a positive view of sports practice by inmates, highlighting physical, emotional and social benefits. The relationship between physical activity and the reduction of violence and conflicts within prison is evident. Suggestions from inmates to improve sports include diversifying activities, improving infrastructure and access to appropriate equipment. The study contributes significantly to the understanding of the transformative role of Physical Education in the prison environment and highlights the importance of humanized approaches adapted to the needs of inmates.

Keyword: Physical Education; Teaching Physical Education; Education in Prisons; Resocialization; Sports Practice.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento do direito à educação é um elemento crucial nos direitos sociais, ganhando destaque nas discussões contemporâneas (CANDAU, 2012; GARCIA, 2004). Assegurar o acesso à educação está diretamente ligado ao progresso econômico, desempenhando um papel vital na redução das disparidades sociais (OLIVEIRA, 2022; CURY, 2002).

A efetivação do direito à educação, entretanto, favorece principalmente os privilegiados social e economicamente, resultando em um modelo colonizador que historicamente excluiu parte significativa da população, composta majoritariamente por pessoas escravizadas (GARCIA, 2004; FERREIRA, 2010; ALMEIDA; ALMEIDA, 2023).

Ao longo do tempo, foram criados diversos documentos legais para proteger e garantir o direito à educação para todos (CURY, 2014; BARBOSA; ROSSET, 2017). No entanto, é crucial discutir o direito à educação em ambientes prisionais, alinhando-o a um projeto de transformação para os detentos (IRELAND, 2011; ONOFRE, 2007; JULIÃO; ONOFRE, 2013).

Durante as aulas, incentivo a cooperação, o respeito mútuo e o trabalho em equipe, valores fundamentais para a convivência saudável e ressocialização. Além disso, a atividade física desempenha um papel crucial na saúde física e mental dos detentos (MOREIRA, 2016; CUSTÓDIO; NUNES, 2019).

Minha pesquisa de mestrado visa investigar o impacto das aulas de Educação Física na ressocialização dos detentos. Ao longo dos anos, testemunhei transformações positivas, com detentos encontrando propósito na vida por meio do esporte e desenvolvendo novas habilidades.

Estudar a importância da Educação Física na ressocialização destaca a necessidade de alternativas viáveis para a recuperação dos detentos, mesmo diante das condições precárias do Sistema Prisional Brasileiro (CUSTÓDIO; NUNES, 2019; BARROS, 2014). A literatura

ressalta a falta de eficácia do sistema, evidenciando a necessidade de um trabalho mais humanizado (SOUZA, 2023; OLIVEIRA, 2017).

A implantação de programas de atividades físicas nas prisões pode trazer benefícios significativos, contribuindo para a qualidade de vida, autoestima e maior possibilidade de reintegração social (CUSTÓDIO; NUNES, 2019). No entanto, a oferta de educação em prisões ainda é limitada pela infraestrutura inadequada, afetando o acesso e a qualidade do ensino (ONOFRE, 2013; SILVA; MOREIRA, 2011).

Diante desse cenário, as atividades físicas, de lazer e esportivas ganham destaque, sendo reconhecidas como instrumentos transformadores para o bem-estar e qualidade de vida dos detentos (CUSTÓDIO; NUNES, 2019; BARROS, 2014). A pesquisa visa compreender como a prática esportiva impacta a vida dos detentos, preenchendo uma lacuna na literatura científica sobre o tema.

Em resumo, o estudo aborda a problemática do acesso à educação, especificamente à Educação Física, em ambientes prisionais no Brasil. A pesquisa busca entender como a prática esportiva influencia a ressocialização dos detentos, visando contribuir para alternativas viáveis diante dos desafios enfrentados no sistema prisional brasileiro.

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar o que os detentos de um sistema penitenciário pensam sobre a prática da atividade física, especificamente da prática esportiva, buscando avaliar os impactos do ensino de Educação Física. Já nos objetivos específicos busca Analisar as concepções sobre os efeitos da Educação Física na prisão, bem como no bem-estar físico e mental dos detentos em diferentes estudos científicos; Identificar os principais desafios e facilitadores para a implementação de Atividade de Física no ambiente prisional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A revisão integrativa de literatura é um método sistemático e abrangente cujo propósito é sintetizar os resultados de pesquisas relacionadas a um tema ou questão específica. O termo "integrativa" reflete sua capacidade de fornecer informações amplas sobre um assunto, contribuindo para a construção de um corpo de conhecimento consolidado. A diversidade na composição da amostra da revisão integrativa, aliada às múltiplas finalidades desse método, resulta em uma compreensão abrangente de conceitos complexos, teorias e problemas associados ao tema (ERCOLE, MELO, ALCOFORADO, 2014).

A revisão integrativa desempenha um papel fundamental na determinação do estado atual do conhecimento em uma área específica, uma vez que é conduzida de maneira a

identificar, analisar e sintetizar os resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto. Destaca-se que o impacto da aplicação da revisão integrativa não se limita apenas ao desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas também se estende ao estímulo do pensamento crítico necessário para a prática diária (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010).

O processo de pesquisa envolveu a busca e amostragem na literatura, utilizando a base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO) como fonte primária. Os descritores utilizados foram: Educação física, EJA, prisão, prisões, educação, exercício físico e Sistema Prisional. Foram excluídos artigos que não se alinhavam com os descritores ou que não estavam disponíveis na íntegra, enquanto foram incluídos aqueles que se opuseram a essa exclusão.

O PROCESSO HISTORICO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA

Nessa perspectiva, os médicos e os militares foram os primeiros que iniciaram a Educação Física no Brasil no contexto escolar. O modelo de introdução da Educação Física na educação médica e militar foi principalmente influenciado pelos europeus do século XIX, que incluíam exercícios ginásticos com o objetivo de melhorar a saúde da população, a fim de preparar o país para futuras guerras e a necessidade de mão de obra qualificada para o processo de industrialização (CASTELLANI, 1988; MELO, 1998; FERREIRA, 1999; CUNHA, 2008).

Os militares a partir de XIX inicialmente, pensavam na Educação Física com intuito de desenvolver força, destreza, resistência, coragem e disciplina nos soldados, preparando-os para o exercício das funções militares, principalmente o combate (GOELLNER, 1993; SOARES, 1994). No entanto, Cunha (2008) pontua que isso mudou quando os médicos começaram a vislumbrar a Educação Física em um sentido mais amplo relevante à educação civil. Logo, os exercícios '*gymnásticos*' passaram a ser defendidos pelos médicos brasileiros, a partir de sua identificação com o discurso científico em vigor na época.

Essas perspectivas adotadas pelos médicos proporcionaram sua incorporação no ambiente educacional, que anteriormente a via somente sob a ótica militar, visando à formação de um estado soberano com cidadãos fisicamente ativos. Neste cenário, a Educação Física somente foi incorporada ao currículo escolar no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, em 1930. Anteriormente, o governo sustentava uma perspectiva nacionalista do Estado e adotava políticas higienistas de saúde pública como fundamentos para seu modelo de sociedade. Destaca-se que a Educação Física era conhecida como Ginástica e que no governo Getúlio Vargas, o Método Ginástico Francês era o utilizado nas escolas brasileiras (SOARES, 1994).

No contexto do Estado autoritário instaurado a partir do governo Vargas em 1930, com acentuação significativa em 1937, a Educação Física desempenhou um papel estratégico na formação da sociedade brasileira. Durante esse período, caracterizado pelo Estado Novo, Vargas consolidou um regime político mais centralizado e autoritário (SOARES, 1994).

A inserção da Educação Física nas escolas, particularmente sob a designação de Ginástica, não se restringiu apenas a uma abordagem pedagógica. Ela foi instrumentalizada como uma ferramenta de controle social e modelagem do corpo cidadão, alinhada aos ideais nacionalistas e autoritários do Estado. O Método Ginástico Francês, adotado nesse contexto, refletia não apenas uma escolha pedagógica, mas também uma influência direta das concepções autoritárias presentes no modelo de Estado implementado.

A utilização da Educação Física como instrumento de doutrinação e fortalecimento do nacionalismo reflete o caráter impositivo do regime, buscando moldar não apenas as mentes, mas também os corpos dos cidadãos. Esse cenário ilustra como a Educação Física, sob a égide do Estado autoritário de Vargas, transcendia seu papel educacional convencional, assumindo dimensões políticas e ideológicas na construção da identidade nacional e na consolidação do poder centralizado (SOARES, 1994).

No fim das décadas de 1930 e no começo das décadas de 1940, o modelo de instrução física usado pelos militares foi questionado por novos conceitos sobre o corpo. Ao mesmo tempo, o esporte começou a se tornar popular na sociedade brasileira devido à influência da Europa e ganhou espaço nas escolas como práticas corporais (CASTELLANI, 1988; MELO, 1998; FERREIRA, 1999; CUNHA, 2008).

Nas décadas finais de 1930 e iniciais de 1940, o modelo de instrução física empregado pelos militares foi alvo de questionamentos, à medida que novos conceitos sobre o corpo começaram a emergir. Simultaneamente, o esporte ganhou popularidade na sociedade brasileira, influenciado pelas tendências europeias, e passou a ocupar espaço nas escolas como prática corporal. Essa transição foi marcada por diversas mudanças na abordagem da atividade física e nos argumentos que a fundamentavam.

O modelo de instrução física anterior, fortemente associado aos propósitos militares, enfatizava atributos como força, destreza, resistência, coragem e disciplina, direcionados principalmente para a preparação dos indivíduos para atividades militares, incluindo o combate. No entanto, com o surgimento de novas perspectivas sobre o corpo e a crescente popularidade do esporte, houve uma reconsideração desses valores.

Os novos conceitos sobre o corpo passaram a valorizar aspectos mais abrangentes,

incluindo a expressividade, o prazer na prática física e a promoção da saúde geral. O esporte, nesse contexto, começou a ser visto não apenas como uma preparação para atividades militares, mas como uma forma de promover a socialização, o lazer e a qualidade de vida.

Dessa forma, alegava-se que a instrução física anteriormente centrada em objetivos militares não contemplava adequadamente a complexidade e diversidade das necessidades físicas e sociais dos indivíduos. A ascensão do esporte como prática corporal nas escolas refletiu uma mudança de paradigma, enfatizando a importância da atividade física não apenas como meio de preparação para a guerra, mas como um componente integral do desenvolvimento humano, com benefícios sociais, culturais e de saúde. Essa transição contribuiu para uma visão mais inclusiva da Educação Física nas instituições educacionais.

De acordo com Soares e Góis (2011), o esporte foi um meio pelo qual a aptidão física foi incorporada ao currículo das escolas em 1960. Na década de 1960, a Educação Física no Brasil passou por uma significativa transformação ao incorporar o esporte ao currículo das escolas. Esse processo foi impulsionado por uma conjunção de fatores que refletiam as mudanças nas concepções sobre a Educação Física e suas finalidades na sociedade da época.

Internacionalmente, o esporte já era reconhecido como um elemento crucial da Educação Física nas escolas, e experiências bem-sucedidas em outros países influenciaram as discussões no cenário educacional brasileiro. Paralelamente, o esporte ganhava uma crescente importância na sociedade brasileira, sendo reconhecido pelos seus benefícios para o desenvolvimento físico, social e emocional.

Todavia, o início do ensino de Educação Física tem predominância de processos excludentes e seletivos, com o foco principal nas habilidades físicas dos alunos. Esse tipo de abordagem de Educação Física perdurou por muito tempo, sendo esta uma abordagem vertical, em que o professor faz e os alunos reproduzem. Assim, o foco principal era no aspecto tecnicista e na perspectiva da preparação física, “desenvolvimento de aptidões esportivas, transformando-a de ginástica militar em um treinamento esportivo” (SOARES; GÓIS, 2011, p. 23).

No período de 1964 a 1985, a Ditadura Militar deixou marcas não apenas na violência, na tortura e nos crimes de desaparecimento forçado, mas também no modelo de Educação Física que era adotado nas escolas brasileiras. A Educação Física escolar tornou-se uma prática restrita e centrada na instrumentalização e disciplina do corpo. Como pontuado por Soares e Góis (2011, p. 23), “[...] as aulas de Educação Física assumiram os códigos esportivos do rendimento, competição, comparação de recordes, seleção de talentos, exclusão, regulamentação rígida e a racionalização de meios e técnicas”.

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a Educação Física nas escolas refletiu as características autoritárias e disciplinares do regime vigente. O contexto político da época influenciou diretamente a forma como a disciplina era abordada, resultando em uma prática restritiva e centrada na instrumentalização e disciplina do corpo dos estudantes. Assim, o regime militar valorizava princípios como rendimento, competição e hierarquia, e esses valores foram incorporados às aulas de Educação Física. As práticas adotadas durante as aulas eram permeadas pelos códigos esportivos, enfatizando o rendimento físico, a competição entre os alunos, a comparação de recordes, a seleção de talentos, a exclusão de quem não se adequava aos padrões estabelecidos, uma regulamentação rígida das atividades e a racionalização de meios e técnicas.

Essa abordagem tinha como objetivo não apenas moldar o corpo dos estudantes de acordo com os ideais militaristas, mas também promover valores que sustentavam a ordem e a obediência, características consideradas essenciais para a manutenção do regime. A Educação Física, nesse contexto, era utilizada como uma ferramenta para controlar e normalizar os corpos dos alunos, alinhando-se à lógica autoritária do regime militar.

Somente no fim da década de 1980, que a Educação Física pode ser associada a abordagens pedagógicas que também abordavam questões políticas, sociais e culturais. Essa nova concepção foi desencadeada devido às críticas sobre o modelo excludente que a Educação Física vinha adotando desde que foi introduzida no Brasil (DARIDO, 2003).

O surgimento de uma abordagem mais ampla e contextualizada na Educação Física, associada a questões políticas, sociais e culturais, no final da década de 1980, esteve diretamente relacionado ao momento político de abertura e redemocratização que o Brasil vivenciava. Esse período foi marcado pelo fim do regime militar e pelo retorno gradual às práticas democráticas, culminando na promulgação da Constituição de 1988.

O movimento de redemocratização proporcionou um ambiente de reflexão e abertura para diferentes perspectivas pedagógicas. Surgiram abordagens na Educação Física que visavam promover não apenas o desenvolvimento físico, mas também a conscientização política, a participação social e o respeito à diversidade. A disciplina passou a ser vista como um espaço para a construção de cidadania e promoção da inclusão, rompendo com paradigmas anteriormente estabelecidos. Dessa forma, a mudança de paradigma na Educação Física, ocorrida no final da década de 1980, refletiu não apenas uma transformação educacional, mas também uma resposta aos anseios de uma sociedade que buscava construir uma democracia mais plural e justa.

Com isso, o Movimento Renovador marcou uma mudança de abordagem na Educação Física, destacando a construção e organização de pedagogias que, apesar das divergências teóricas e metodológicas, buscavam romper com o paradigma da aptidão física. Esse paradigma, caracterizado por um modelo mecanicista, esportivista e essencialmente biológico de abordar as práticas corporais no contexto escolar (DARIDO, 2003).

A perspectiva renovadora é uma entre outras muitas perspectivas sobre a Educação Física. Todavia, é uma perspectiva pedagógica que nos permite contribuir para o processo de ressocialização dos detentos por meio da EJA (CASTELLANI *et al.*, 2014; LAURO, 2005). Desse modo, pensar na Educação Física Escolar na EJA para indivíduos privados de liberdade é reafirmar o direito à educação, pois este componente do currículo passou por muitas lutas para ser incluído no currículo da Educação Básica.

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica - LDB (9.394/96), a Educação Física se tornou um componente obrigatório do currículo das escolas brasileiras, conforme ressaltado no artigo 26, que anteriormente a considerava apenas uma atividade curricular. Dessa forma, a Educação Física passou a ser um elemento fundamental da política educacional brasileira, juntamente com outros componentes curriculares obrigatórios estabelecidos pela LDB (9.394/96). Portanto, a Educação Física deve ser um componente essencial no programa de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em prisões, a fim de alcançar os objetivos educacionais mencionados anteriormente.

No entanto, a inclusão da Educação Física Escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) começou a ser implementada apenas em 2002, evidenciando a necessidade e os desafios de desenvolver essa modalidade educacional de acordo com as necessidades de aprendizagem específicas. A Proposta Curricular de Educação Física da EJA destacava a importância de adaptar o programa de ensino aos interesses e necessidades dos alunos da EJA, ao utilizar abordagens que considerassem a diversidade de objetivos, conteúdos e processos de ensino e aprendizagem existentes na Educação Física escolar contemporânea (BRASIL, 2002).

Nessa perspectiva, a Educação Física na Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a enfatizar a importância de vivenciar o ensino por meio da cultura corporal (BRASIL, 2002). Essa proposta considera a cultura corporal como um produto da sociedade e um processo dinâmico que cria e transforma a coletividade. Dessa forma, a cultura corporal de movimento se refere a um conhecimento que pode ser explorado no contexto da Educação Física escolar, sendo construído a partir das atividades corporais mostrando como a humanidade aprimorou o uso do corpo para atender a diversas necessidades e propósito.

Nesse mesmo caminho, compreendendo as lacunas existentes na sistematização da Educação Física como componente curricular obrigatório da Educação Básica e a Educação em Prisões, foi construído as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade (BRASIL, 2010). Sobre esse fato, Onofre e Julião (2013), salientam que o Brasil já superou o momento de pleitear o direito à educação prisional, estando agora no estágio de análise das suas práticas e experiências, buscando estabelecer programas, consolidar políticas e propostas. Diante disso, concorda-se com os referidos autores ao afirmarem que é o momento de se avaliar efetivamente os resultados da educação prisional.

Tendo em vista essa perspectiva, vale recordar que na educação prisional são oferecidas diferentes disciplinas, dentre elas temos a Educação Física, que constitui componente curricular obrigatório da educação básica (Lei 9.394/96), com suas características e necessidades específicas. De acordo com Custódio e Nunes (2019), constituem exemplos de características específicas da Educação Física o espaço físico no qual geralmente se tem para as aulas da disciplina e a importância de materiais nas ações educativas dos professores, que muitas vezes não existem no sistema prisional.

Nesse sentido, o ensino de Educação Física tem por objetivo desenvolver a reflexão pedagógica através da cultura corporal nos conteúdos da Ginástica, Dança, Luta, Jogo e Esporte. Assim, a Educação em prisões necessita ser desenvolvida nessa visão, buscando uma quebra de paradigma sobre o modelo vigente da educação nas penitenciárias brasileiras.

A fim de efetivar o direito à Educação nas prisões, é essencial desenvolver uma abordagem educacional que atenda às reais necessidades de aprendizagem dos indivíduos privados de liberdade (ONOFRE; JULIÃO, 2013). Para isso, é necessário um currículo que leve em consideração as particularidades da relação entre segurança pública e educação no contexto penitenciário, reconhecendo que a Educação deve ser uma oportunidade de formação para a cidadania, capacitação e emancipação socioeconômico-político-cultural para os detentos.

A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E O ESPORTE COMO DIREITO NO SISTEMA PRISIONAL

O esporte educacional pode ajudar na ressocialização por meio de uma abordagem problematizadora que permite o empoderamento dos alunos e sua formação para cidadania (CUSTÓDIO; NUNES, 2019). No entanto, os sujeitos em privação de liberdade precisam de aprendizado que atenda a educação dentro das penitenciárias de forma efetiva.

Desse modo, a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte destaca a

necessidade de priorizar grupos sociais desfavorecidos, incluindo aqueles sujeitos à privação de liberdade (UNESCO, 1994). Esse importante documento internacional reafirma o direito à Educação Física e ao Esporte, defendendo que o esporte é um direito social no Brasil, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, e é fundamental para o pleno desenvolvimento da pessoa e para o exercício efetivo da cidadania.

É fundamental que os indivíduos privados de liberdade exerçam esse direito, pois isso auxilia no processo de ressocialização e promove o aprendizado sobre a cidadania (BARROS, 2014). Acreditamos, portanto, que o esporte educacional desempenha um papel direto na formação humana e nos regimes de privação de liberdade. Embora outras formas de manifestações também tenham suas vantagens, é evidente que as necessidades de aprendizagem dos sujeitos em privação de liberdade estão mais relacionadas ao desenvolvimento de princípios para uma formação voltada para a vida, e o esporte educacional pode ser um facilitador nesse processo.

De acordo com Tubino (2010), o esporte educacional apresenta um potencial significativo para contribuir no contexto penitenciário, uma vez que busca promover a formação cidadã por meio da prática, fundamentada em princípios como inclusão, cooperação, coeducação, corresponsabilidade e participação.

A partir dessa abordagem, podemos compreender o esporte no Brasil como um direito social estruturado em diferentes manifestações, fundamentado em princípios específicos. No contexto da educação esportiva, direcionamos nossa atenção para os indivíduos privados de liberdade, destacando o papel do esporte educacional na promoção de relações crítico-reflexivas por meio da prática esportiva. O Esporte Educacional, para todos, e independente de vocação, no sentido de favorecer as ações educativas que as práticas esportivas oferecem respeitar as regras, aprender a ganhar e perder, recuperar-se após as derrotas, perceber o sentido de equipe, etc. (TUBINO, 2010, p. 69).

Portanto, é essencial reconhecer o papel do esporte educacional na formação da cidadania. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, o conceito de "direito a ter direitos" constitui a base da cidadania. O direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei são apenas algumas das várias garantias (BARROS, 2014).

Nessa perspectiva, é fundamental considerar o esporte como uma prática social acessível a todos, inclusive àqueles privados de liberdade, com o intuito de promover a manifestação cultural esportiva, além do desempenho esportivo, proporcionando experiências que contribuam para a ressocialização e formação da cidadania (BARROS, 2014; CUSTÓDIO,

NUNES, 2019). Para ampliar a diversidade de vivências e o repertório cultural na prática e escolha dos esportes, é imprescindível respeitar a liberdade de praticar diferentes modalidades.

Para tanto, devemos dar ênfase aos valores positivos, não se restringindo apenas ao esporte. A prática esportiva nas prisões desempenha um papel significativo ao estabelecer limites, no respeito às regras, ao espaço, na aceitação das derrotas, no respeito pelos adversários e no trabalho em equipe (BARROS, 2014; CUSTÓDIO, NUNES, 2019). O desenvolvimento desses valores sociais é crucial para a convivência no ambiente prisional.

Estudos sobre projetos sociais envolvendo esportes demonstram que, em uma perspectiva mais abrangente, a atividade física é um poderoso estímulo motivacional com benefícios significativos. Esses projetos podem ultrapassar o âmbito das competições esportivas quando são cuidadosamente planejados. Os participantes vivenciam os efeitos desses projetos no seu cotidiano, manifestando maior concentração nas aulas, comportamento em sala de aula e, especialmente, na melhoria do bem-estar (FILHO, 2010).

Logo, reconhecemos que as pessoas privadas de liberdade podem se beneficiar dessa riqueza cultural, contribuindo para seu processo de ressocialização. O Esporte Educacional compreende as atividades praticadas nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de Educação, evitando-se a seletividade e a hiper-competitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo, a sua formação para a cidadania e a prática do lazer ativo (TUBINO, 2010, p. 88).

Isso implica que o esporte desempenha um papel relevante no ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas prisões. No entanto, é crucial lembrar que as abordagens pedagógicas que orientam essas atividades devem se concentrar na formação cidadã, indo além da mera prática esportiva. De acordo com o Ministério do Esporte (2004, p. 3), destacamos a seguinte compreensão:

Muitos dos professores de Educação Física, instrutores e monitores de esporte conhecem o chamado ensino tradicional ou tecnicista e o identificam como o que ensina as técnicas esportivas através da pura repetição de movimentos, exercícios, gestos e atitudes. Esta é uma visão estreita que precisa ser reformulada, pois o esporte comporta hoje uma totalidade de expressões humanas.

Com base no exposto, podemos inferir que tanto a Educação Física quanto a prática esportiva, desempenham um papel crucial na sociedade, auxiliando na reintegração de indivíduos e na incorporação de valores após transgredirem as normas sociais, serem julgados e punidos (BARROS, 2014). A ressocialização deve ser concebida como um projeto

reeducativo, buscando a reintegração desses indivíduos. É importante reconhecer que a abordagem educacional deve ser inclusiva e não se limitar a uma visão corretiva (CUSTÓDIO, NUNES, 2019; FILHO, 2010). Assim, o uso de uma linguagem (re)educativa pode refletir uma abordagem adaptativa, sugerindo que a Educação Física e os esportes têm apenas o propósito de corrigir comportamentos, em vez de contribuir para a formação integral e emancipação do sujeito.

A fim de que a política esportiva possa efetivamente contribuir para a ressocialização, é necessário realizar alterações nas políticas públicas de esporte direcionadas ao sistema prisional (BARROS, 2014; CUSTÓDIO, NUNES, 2019; FILHO, 2010). É incontestável que os esportes possuem o potencial de promover a inclusão social, melhorar a saúde, prevenir a violência e fomentar a educação dentro das prisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foi possível adentrar de maneira significativa no entendimento das percepções dos detentos em relação à prática da atividade física, notadamente no contexto da Educação Física, no âmbito do sistema penitenciário. Os objetivos específicos delineados forneceram uma estrutura robusta para a coleta e análise de dados, proporcionando resultados valiosos sobre diversos aspectos relacionados a essa temática.

A análise das concepções acerca dos efeitos da Educação Física na prisão, presente em distintos estudos científicos, permitiu consolidar um panorama abrangente, considerando tanto os aspectos físicos quanto os mentais dos detentos. Este entendimento é essencial para embasar estratégias futuras na promoção do bem-estar e na ressocialização por meio da atividade física.

A identificação dos principais desafios e facilitadores para a implementação da atividade física no ambiente prisional revelou nuances importantes, contribuindo para o desenvolvimento de abordagens mais eficazes e adaptadas à realidade específica desses espaços. Compreender as barreiras enfrentadas e os fatores que podem facilitar a inserção da Educação Física nas prisões é crucial para a construção de intervenções bem-sucedidas.

A prática esportiva foi reconhecida não apenas como uma ferramenta para melhorar o condicionamento físico, aliviar o estresse e proporcionar uma fuga temporária da realidade da prisão, mas também como uma oportunidade para o desenvolvimento de habilidades e disciplina que podem facilitar a reintegração à sociedade. A relação entre a prática esportiva e a redução da violência e conflitos dentro da prisão também foi evidenciada, sugerindo que essas

atividades têm um papel potencial na promoção de um ambiente mais pacífico e coeso.

Esses resultados destacam a importância de considerar a prática esportiva não apenas como uma atividade física, mas como uma ferramenta multifacetada que pode impactar positivamente diversos aspectos da vida dos detentos. Essa pesquisa não apenas respondeu às questões propostas, mas também abre caminho para novas reflexões e aprimoramentos contínuos nesse campo desafiador e crucial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Nacional de Educação Física para a Educação de Jovens e Adultos**. Segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: Introdução, v. 1. Brasília: 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei nº 7.210**, de 11 de Julho de 1984 – Institui a Lei de Execução Penal, 1984.

CASTELLANI FILHO, L.; LÚCIA, S. C.; TAFFAREL, C. N. Z.; VARJAL, E.; ESCOBAR, M. O.; BRACHT, V. **Metodologia do ensino de educação física**. Cortez Editora, 2014.

CASTELLANI, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1988

CUNHA, C. F. F. **O Imperial Collegio de Pedro Segundo e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 245-262, 2002.

CUSTODIO, G. C. C.; NUNES, C. M. F. A docência em “celas de aula”: Desafios dos professores de educação física em escolas prisionais. **Reflexão e Ação**, v. 27, n. 2, p. 130-147, 2019.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. **Rev Min Enferm**. 2014 jan/mar; 18(1): 1-260.

FILHO, A. D. B. **Políticas Públicas, Lazer e Esporte:** Programa Segundo Tempo – cidadania e inclusão social. In: LORENZINI, A. R.; BARROS, A. M.; SANTOS, A. L. F. (Orgs). In: Programa Segundo Tempo no agreste de Pernambuco: a ludicidade e a interdisciplinaridade na construção do exercício da cidadania. Maringá: Eduem, 2010

FONTELLES, M. J.; SIMÕES, M. G.; FARIAS, S. H.; FONTELLES, R. G. S.. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

GOELLNER, S. V. **O Método Francês e a Educação Física no Brasil:** da caserna à escola. In: Encontro de História da Educação Física e do Esporte, 1993, Campinas. Coletânea: Grupo de História do Esporte Lazer e Educação Física. FEF/Unicamp, p. 167-172, 1993.

JULIÃO, E. F.; ONOFRE, E. M. C. Apresentação: educação em prisões. **Educação & Realidade**, v. 38, p. 11-14, 2013.

MELO, V. A. **A educação física nas escolas brasileiras:** esporte ou ginástica? In: FERREIRA NETO, A. (Org.) Pesquisa histórica em Educação Física. Aracruz: FACHA, 1998.

NASCIMENTO, L. F.; CAVALCANTE, M. M. D. Abordagem quantitativa na pesquisa em educação: investigações no cotidiano escolar. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 25, p. 249-260, 2018.

NUNES, G. C.; NASCIMENTO, M. C. D.; ALENCAR, M. A. C. Pesquisa científica: conceitos básicos. **Id on Line Revista de Psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016.

ONOFRE, E. M. C.; JULIÃO, E. F. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação e Realidade**, v. 38, n. 01, p. 51-69, 2013.

ONOFRE, E. M. C. **Educação escolar entre as grades.** Edufscar, 2007.

ONU; UNESCO. **La educación básica en los establecimientos penitenciarios.** EUA & Viena: 1994.

SOARES, A. J. G.; GÓIS, E. J. **Educação Física Escolar:** dilemas e práticas. Salto para o Futuro/ TV Escola. Rio de Janeiro, ano XXI, boletim 12, 2011.

SOARES, C. L. **Educação física:** raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, vol.8, n.1, p.102- 106, 2010.

SOUZA, L. K. P. S. Educação e Sistema Prisional: uma análise das políticas públicas para o acesso à educação no cárcere. Revista de Estudios Teóricos y **Epistemológicos en Política Educativa**, v. 8, p. 1-21, 2023.

TUBINO, M. **Estudos brasileiros sobre o Esporte: ênfase no esporte-educação.** Maringá: Eduem, 2010.